

O Mundo em Português Nº16

Janeiro 2001

No Fundo do Túnel

Patrícia Magalhães Ferreira

No último ano todos os graves problemas que o continente africano enfrenta agravaram-se, e na prevenção e resolução de conflitos não se verificaram resultados encorajadores. Infelizmente, para África 2001 será um ano de continuidade. O pessimismo realista, que substituiu o optimismo idealista do princípio da década passada, parece estar para ficar.

O continente da beleza infindável e das contradições absolutas parece actualmente mergulhado numa das mais difíceis fases da sua história, pela combinação de problemas que enfrenta e pela complexidade dos processos que é preciso gerir simultaneamente. A súbita consciencialização da falta de consolidação destes processos de transformação, quer ao nível político, com o falhanço de muitas das tentativas de transição democrática, quer ao nível económico, com o reconhecimento da inadequação dos modelos de desenvolvimento face à insuficiência dos resultados conseguidos, quer ainda no plano social, com a maior visibilidade de tensões étnicas ou regionais, transformaram o optimismo idealista do princípio da década passada num pessimismo realista que não parece ter motivos para desaparecer no curto prazo.

O próximo ano será certamente de continuidade. África continuará a ser objecto da paixão de alguns, do oportunismo de outros e do esquecimento da maioria. Continuará a ser marginalizada dos principais circuitos económicos e de investimento, bem como dos grandes centros de decisão política onde as prioridades estratégicas são seguramente outras. Os desafios permanecem os mesmos: por um lado, reforçar o Estado democrático e incentivar formas de regulação do poder legítimas e aceites ao nível interno e internacional; por outro lado, reintegrar África de forma competitiva no sistema económico internacional através do restabelecimento da confiança em termos de investimento e desenvolvimento. No entanto, vários factores impedem um prognóstico entusiasmado relativamente à capacidade de estes desafios serem brevemente cumpridos com sucesso.

Continuação dos conflitos armados

A continuação e até agravamento de situações de instabilidade e insegurança, expressas em conflitos violentos intra-estatais ou com implicações regionais importantes, marcam hoje as dinâmicas socio-políticas de muitos países africanos e constituem um impedimento considerável a quaisquer políticas de desenvolvimento que pretendam intervir sobre os problemas de base de forma sustentável. A interligação entre as consequências destes conflitos é evidente: migrações e desalojamento de populações, impossibilidade de assegurar fontes de rendimento produtivo ou uma continuidade nos serviços sociais como a educação, pobreza, proliferação de doenças epidémicas como a malária ou a SIDA.

No último ano assistimos a um agravamento de todos os indicadores referidos, sem que se tenham conseguido resultados encorajadores na prevenção e resolução dos conflitos.

Por um lado, vários conflitos prolongados permanecem sem grandes perspectivas de solução. É o caso do Sudão, mergulhado numa guerra que dura há mais de 17 anos, relacionada com a imposição de uma identidade político-cultural que encontra na religião o seu simbolismo e força estruturante, ultrapassando actualmente a simples dicotomia norte-sul. É também o caso de Angola, onde as tentativas de

apelo à paz preconizadas por uma sociedade civil nascente mas ainda fraca pouco podem fazer perante a irredutibilidade dos oponentes a um acordo pacífico, os interesses económicos que sustentam a guerra e as cumplicidades regionais e internacionais que apoiam as duas partes em conflito.

Por outro lado, presenciámos o surgimento ou agravamento de conflitos recentes, como na Costa do Marfim ou na Guiné-Bissau, bem como sinais de deterioração da situação política interna em diversos países que constituíam símbolos de esperança: o extremar das posições políticas e a repressão violenta de manifestações de protesto em Moçambique, ou o agudizar das tensões étnico-religiosas na Nigéria, são alguns dos exemplos. Em todos estes casos, a questão do poder, de quem o controla e como é exercido, permanece um elemento central nos conflitos africanos. A situação no Zimbabué, por seu lado, alerta para o peso da acção e do poder pessoal dos líderes africanos nas suas sociedades, mostrando como uma tentativa de conservação do poder a todo o custo, através de uma estratégia de intimidação dos opositores e da manipulação de conflitos latentes na sociedade zimbabuana, pode desestabilizar toda uma economia considerada até há bem pouco tempo como uma das mais estáveis em África.

Na África Central, a ineficácia de uma série de acordos de paz assinados em parte como consequência da condicionalidade política imposta pela comunidade internacional (caso dos Acordos de Lusaka relativos à República Democrática do Congo ou dos Acordos de Arusha para o Burundi) ilustra a incapacidade de equacionar a natureza regional dos vários conflitos entrelaçados e de responder eficazmente à multiplicidade e complexidade das suas causas. A manipulação de factores étnicos e da questão da cidadania, a porosidade das fronteiras aliada a um processo acelerado de desagregação do Estado na República Democrática do Congo, a redefinição constante de alianças, a existência de cumplicidades entre senhores da guerra locais e empresas internacionais que exploram recursos naturais, ou o grande número de actores envolvidos (a maioria dos quais a braços com conflitos no interior dos seus próprios países), são factores que revelam a necessidade de uma solução integrada e de um compromisso durável, para o qual as partes beligerantes parecem ainda não estar preparadas.

Estas constatações fazem-nos também questionar se o acordo recentemente assinado entre a Etiópia e a Eritreia pode de facto pôr um termo definitivo a um conflito com um carácter simbólico e de luta pela supremacia regional muito forte, ou ainda se a formação de um novo governo na Somália, sem controlo efectivo de grande parte do território, pode contribuir para a criação instantânea uma identidade e coesão nacional há muito destruída.

Cooperação internacional desajustada

Para além do actual desengajamento da comunidade internacional relativamente a África, ligado a factores como a perda de interesse estratégico ou uma relação custos-benefícios demasiado desfavorável, também as tendências em termos de cooperação para o desenvolvimento, ligadas à resposta humanitária de emergência, ao alívio à pobreza e a iniciativas pontuais de perdão da dívida, parecem não oferecer grandes saídas para a crise profunda em que a generalidade dos países africanos se encontra.

Por um lado, a tendência de concentrar a ajuda nos Estados que apresentam um bom desempenho ou melhores níveis de utilização dos recursos financeiros disponibilizados, certamente lógica do ponto de vista de maximização dos resultados, arrisca marginalizar definitivamente os países com maiores dificuldades e que são teoricamente os que mais necessitam dessa ajuda. Por outro lado, a tendência de "passar ao lado" das instituições estatais com o objectivo de chegar de forma mais directa às populações beneficiárias pode contribuir para um enfraquecimento dos jovens Estados democráticos, enfraquecendo ainda mais a sua capacidade de regulação de conflitos, de gestão do desenvolvimento e de fornecimento de serviços sociais básicos, e conferir, em certos casos, demasiado

poder a instituições e actores locais não democráticos ou mesmo alimentar formas paralelas e ilegais de obtenção de recursos.

Se a isto acrescentarmos a inexistência de um modelo de actuação coerente entre os vários actores internacionais, a aplicação de receitas gerais que pouco ou nada têm a ver com a situação específica do país beneficiário, e ainda a separação prevalecente entre questões económicas, sociais, políticas e de segurança, facilmente concluímos por uma desadequação dos modelos de cooperação internacional vigentes face aos enormes desafios referidos, quer no ataque às causas profundas dos conflitos quer no relançamento do desenvolvimento na maioria dos países africanos.

Na região dos Grandes Lagos, por exemplo, a actuação dos grandes actores internacionais, que continuam a canalizar um grande fluxo de ajuda ao desenvolvimento para o Ruanda e a compactuar com a presença das tropas ruandesas em boa parte do território congolês, sem nada fazer para neutralizar as milícias interhahamwe que continuam a servir de pretexto para essa presença (e para a exploração do recursos económicos da RDC), continuará certamente a constituir mais uma parte do problema do que da solução para o conflito. Ou seja, a ajuda humanitária e a cooperação para o desenvolvimento em zonas em conflito exigem necessariamente o acompanhamento e avaliação da situação política, sob risco de perpetuação da ajuda, quando não da criação ou manutenção de condições favoráveis aos interesses dos responsáveis pela violência.